

Ciência

12 anos de bolsas da FCT: um retrato dos bolseiros de Doutoramento em Ciências da Comunicação em Portugal

Os resultados da 1ª fase do estudo “**Financiamento público de formação de recursos humanos: bolsas de doutoramento em Comunicação**” estão disponíveis em [relatório preliminar](#) produzido pelo Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PoObs/CECS) da Universidade do Minho.

O objetivo deste projeto é compreender e analisar o contexto da última década na formação doutoral em Ciências da Comunicação em Portugal a partir da atribuição de bolsas de Doutoramento individuais da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

O relatório apresenta um retrato estatístico e descritivo proveniente de uma base de dados composta por 233 beneficiários de bolsa, entre os anos de **2010 e 2021**, e da aplicação de um inquérito por questionário dirigido aos bolseiros de Doutoramento da FCT na área científica das Ciências da Comunicação.

A Universidade do Minho encabeça a lista de **instituições** com 57 bolsas atribuídas a estudantes de Doutoramento em Ciências da Comunicação (24%), seguida da Universidade Nova de Lisboa com 38 bolsas (16%) e da Universidade de Aveiro com 32 bolsas (14%).

O **tempo** para a conclusão do Doutoramento considerando a primeira inscrição no concurso até à entrega da tese, foi de até 4 anos (50%); entre 4 e 5 anos (20,5%) e entre 6 e 8 anos (29,5%).

A trajetória **pré-doutoral** dos respondentes revelou que, da totalidade de respondentes, 65,6% mantiveram, no

Doutoramento, a mesma área da formação anterior. Outras áreas foram escolhidas por 32,3% dos respondentes e 2,1% não responderam.

No que diz respeito à **produtividade científica**, nomeadamente publicações (em revistas e livros), os dados revelaram a frequência de publicação de uma vez por ano (31,3%); 2 vezes por ano (29,2%), 3 vezes por ano (15,6%) e acima de 4 vezes por ano (17,7%). Os respondentes que nunca publicaram trabalhos científicos representam 4,2%.

Do total de respondentes, 93% disseram estar filiados a um **centro de investigação** e 40,6% são membros de associações científicas. Há, entretanto, uma parcela significativa de respondentes que não estão vinculados a **associações científicas** (47,9%).

O tempo até ao início de uma **atividade remunerada** na área científica após o Doutoramento é de até um ano em 47% dos casos e de até 2 anos em 4,5% dos casos. Em 25% das situações, os doutorandos já tinham um emprego na área científica e mantiveram.

A **segunda fase** do projeto consiste na realização de entrevistas em profundidade e terá início em março de 2023. A equipa do estudo é composta pelas investigadoras Mariana Lameiras, Madalena Oliveira e Cláudia Dominguez. Ao final, o estudo pretende analisar o impacto, os efeitos e o retorno científico do investimento público em formação avançada. ●

Cultura

O Observatório de Políticas de Comunicação, Ciência e Cultura está a desenvolver para o município de Torres Novas um **quadro de indicadores da Cultura** a ser integrado ao **Plano Estratégico Municipal para a Cultura** (PEMC.TN2030) desenvolvido e coordenado cientificamente pelo PoObs e objeto de consulta pública em 2022.

O trabalho será concluído no primeiro semestre de 2023 e objetiva desenvolver os indicadores que permitam aferir o cumprimento das **108 medidas** incluídas no **PEMC.TN2030**, além de propor um quadro referencial de metas a atingir com o Plano Estratégico e apresentar a nota conceptual para a monitorização e avaliação do processo de implementação do Plano Estratégico. A base metodológica está fundamentada na análise documental de indicadores nacionais e internacionais.●

Agenda



No próximo dia 16 de fevereiro, às 16h30, **Alberto Arons de Carvalho** debruçar-se-á sobre a evolução e as perspectivas das políticas públicas para a Comunicação Social. Esta edição do Seminário Permanente do PolObs conta com a colaboração do Grupo de Trabalho de Políticas, Regulação e Economia dos Média da SOPCOM e decorrerá em formato online, via Zoom. O link para a sessão é https://bit.ly/SeminarioPermanente_PolObs ◉



Comunicação

Portugal na Presidência do Observatório Europeu do Audiovisual em 2023

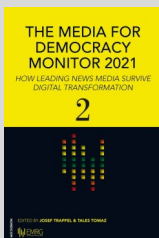


Portugal assume a presidência do Observatório Europeu do Audiovisual a partir de 2023. Esta organização do Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo, fornece dados e análises das indústrias de cinema, televisão e vídeo na Europa desde 1992. No início de cada ano, a presidência rotativa anual do Observatório é assumida por um país membro diferente do Observatório e, este ano, conta com a presença de Marta Sousa, Responsável Jurídica e Internacional do Instituto Nacional do Cinema, Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), no Conselho Executivo.

O PolObs tem colaborado com o Observatório através do desenvolvimento de estudos coletivos (em torno de temas como, por exemplo, as [regras aplicáveis às plataformas de partilha de vídeo](#) no decorrer da transposição da Diretiva “Serviços de Comunicação Social Audiovisual”, revista em 2018) e da redação regular de artigos para a newsletter [IRIS - Legal Observations of the European Audiovisual Observatory](#), que reporta mensalmente sobre os desenvolvimentos legislativos na indústria audiovisual em 41 países Europeus. ◉

ESTANTE

por Paulo Ferreira



*The Media for Democracy Monitor 2021
How Leading News Media Survive Digital Transformation (Vol. 2)*

Josef Trappel e Talez Tomaz (Eds.)
Nordicom: University of Gothenburg (2021)

A pergunta colocada por Josef Trappel e Talez Tomaz no segundo volume do “Media for Democracy Monitor” (MDM) é desafiadora: até que ponto estão as estruturas e a conduta dos principais meios de comunicação a corresponder aos requisitos das democracias contemporâneas? A tentação primeira do leitor é responder com um lapidar “não estão”. O trabalho conduzido pelos dois investigadores encarrega-se de mostrar que a realidade tem cores várias, sobretudo numa época em que a plataformação de conteúdos coloca crescentes (e perigosos) desafios aos ecossistemas noticiosos. Sustentado num amplo conjunto de indicadores empíricos, o MDM traça o panorama do desempenho dos média, no que concerne a valores tão determinantes como a liberdade e a igualdade, num amplo conjunto de países. Essa é, de resto, uma das grandes mais-valias deste segundo volume: em 2011, foram analisadas 10 democracias; em 2021, o trabalho incidiu sobre 18 países. ◉

TELESCÓPIO



**RODRIGO RIBEIRO
SATURNINO**

**Investigador Pós-Doc
CECS/UMINHO**

RACISMO ALGORÍTMICO

PolObs :: Na perspectiva do racismo digital, como deveriam ser desenvolvidos e produzidos os algoritmos?

Deve ser feito um trabalho pedagógico no âmbito da formação de pessoas e empresas que trabalham com a programação algorítmica e a engenharia informática. Falta sensibilização racial por parte deste grupo. Note que a indústria informática e o seu contingente profissional é formado, maioritariamente, por pessoas brancas. Essa característica contribui para uma baixa sensibilidade em termos de produção algorítmica que reproduz a estrutura racista em que as sociedades, como a portuguesa, estão submersas. Nesse sentido, é importante que empresas e universidades promovam não só uma educação antirracista para este setor, como também estabeleça ações reparatórias para a inclusão de pessoas negras nestas áreas.

PolObs :: Em Portugal, há políticas públicas direcionadas às questões étnico-raciais e ao racismo em ambientes digitais?

Não. Em Portugal não é legalmente permitido recolha de dados étnico-raciais. A falta de vontade política na criação destas categorias age como um obstáculo no controle do racismo na sociedade portuguesa. É possível fazer denúncias, já que o racismo passou configurar um crime no país através da Lei n.º 93/2017, embora sejam raros ou inexistentes os casos em que pessoas foram julgadas por crimes raciais. Importante notar o quão recente é esta lei, considerando os séculos de discriminação racial que existe no país. ◉